FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNCÍPIO DE BELO HORIZONTE: UM PROCESSO EM REDE

Alessandra Angélica Custódio[1]
Alessandra Gomes e Castro[2]
Joaquim Ramos[3]
Maria Bernadete Diniz Costa[4]

Resumo:

Este trabalho objetiva analisar a proposta da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte -SMED/BH- para a formação conjunta dos profissionais da educação infantil das redes conveniada e pública, realizada em 2007.
O principal objetivo dessa formação é o de construir uma proposição curricular para a educação infantil, buscando explicitar os conceitos sobre a criança, a infância e a aprendizagem e avançar em sua abordagem. Entretanto, a aproximação das duas redes fez emergir contradições nos modos de atendimento gratuito das crianças de Belo Horizonte.

Palavras chaves: Política pública, formação de professores, educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é o de analisar a Rede de Formação -RF- da Regional Oeste, como parte de uma formação proposta pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte -SMED/BH e realizada em 2007 com as educadoras/professoras[5] e coordenadoras que atuam na Educação Infantil da

[1]Professora da Rede Municipal de Educação e acompanhante pedagógico da educação infantil na Regional Oeste.
[2]Educadora Infantil e acompanhante pedagógico da educação infantil na Regional Oeste.
[3]Professor das Redes Estadual e Municipal de Educação, acompanhante pedagógico da educação infantil na Regional Oeste.
[4]Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais/ Faculdade de Educação e acompanhante pedagógico da educação infantil na Regional Oeste.
[5] O profissional da educação infantil, em Belo Horizonte, é denominado educador ou professor. Trataremos sempre no feminino por ser uma categoria constituída basicamente por mulheres.

Rede conveniada e na rede própria. Embora não esteja inserido em uma pesquisa, esse trabalho cumpre seu objetivo ao analisar a RF com um olhar de estranhamento crítico.

Na Regional Oeste, essa formação foi proposta para 302 profissionais da educação infantil que atendem aproximadamente 4000 crianças em 22 creches conveniadas, 02 Escolas Municipais de Educação Infantil, 02 Unidades Municipais de Educação Infantil -UMEI's e 04 Escolas de Ensino Fundamental com 12 turmas de educação infantil.

Essa formação foi concebida pela SMED-BH, Gerência de Coordenação de Política Pedagógica e Formação –GCPF e Gerência de coordenação da Educação Infantil -GECEDI , com o intuito de discutir a formulação e a implementação das proposições curriculares para a educação infantil do município. Essa proposta insere-se na política de formulação das Proposições Curriculares da Educação Básica de Belo Horizonte que é uma demanda dos profissionais da Rede Municipal, desde a implantação da Escola Plural. E o currículo é considerado um dos pontos frágeis nos Projetos Politico-pedagógicos da maioria das instituições da educação infantil.

Cada encontro com educadoras/ professoras e coordenadores foi planejado pelo Grupo de Trabalho - GT da educação infantil, coordenado pela GECEDI com a participação dos acompanhantes pedagógicos das Gerências Regionais de Educação - GERED's, sendo esses os organismos responsáveis pela formação.

Para cumprirmos o propósito de analisar a RF, resgatamos alguns aspectos da política de formação de educadoras/professoras das duas redes e relatamos a formulação e a execução das ações que compõem a RF. Em seguida, apresentamos algumas reflexões a respeito da RF e, por fim, apontamos algumas considerações.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) antecipando as deliberações e concatenada com as discussões nacionais, investe, desde 1993, na política de formação dos profissionais que atuam na educação infantil (rede pública e conveniada), afim de qualificar o atendimento.

No quadriênio (1993-1996), a PBH, administrada pela Frente BH-Popular, inicia o Programa Criança Cidadã, com um ousado investimento na Rede Conveniada. Dentre outras ações, destacamos a formação dos profissionais (educadoras, dirigentes e cantineiras). Para as educadoras, foi proposto um curso visando a complementação do Ensino Fundamental e formação profissional voltada para o atendimento das crianças de zero a seis anos. Esse curso foi organizado em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, com a Associação Movimento de Educação Popular Integral Paulo Englert e com a Fundação Carlos Chagas. A SMED disponibilizou os professores, previamente selecionados, para ministrar a formação com as educadoras.

Uma outra ação desse Programa visava garantir a formação continuada das educadoras das creches e das escolas, pela implantação, em cada regional, do Centro de Educação Infantil - CEI. Esse centro assessorava o trabalho político e pedagógico das creches/escolas e também funcionava como espaço de cultura e recreação, oferecendo ao público infantil o acesso a livros, revistas, brinquedos e jogos.

Ainda que a Rede Municipal de Belo Horizonte oferte a educação infantil desde 1957, essa modalidade de educação foi historicamente construída pelas creches comunitárias, filantrópicas e confessionais que estiveram sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social até o ano de 2000, quando foram incorporadas ao Sistema Municipal de Ensino.

A política da educação infantil, em Belo Horizonte, vem sendo fortalecida a partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN que insere o atendimento a crianças de zero a seis anos no quadro da Educação Básica e, mais recentemente, com a aprovação do Fundo de

Desenvolvimento da Educação Básica -FUNDEB, que garante parcialmente seu financiamento.

Dessa forma, a administração municipal (1997-2000) é marcada pelo processo de transferência das creches da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, pela elaboração da resolução 001/2000 e pelo início da segunda etapa do curso de formação das educadoras de creches conveniadas. Esse curso, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, formou e certificou, aproximadamente, 800 educadoras em nível de Ensino Médio na modalidade de Magistério para a Educação Infantil.

Na perspectiva de dar prosseguimento aos investimentos na Educação Infantil, o programa governamental Primeira Escola (Lei 8679 de 11/11/03) instituiu as UMEI's e criou o cargo de educador infantil. Esse profissional foi inserido, por concurso público, em uma categoria à parte daquela constituída pelos professores da RME/BH. Apesar de o salário ser diferenciado, para menos, foi exigida uma certificação de nível Médio, com habilitação em Magistério.

Após 2004, cumprindo o que estava prescrito em Lei, houve uma expansão da Educação Infantil, sem precedentes na história da Rede Municipal. Foram criadas as UMEIs com o intuito de ampliar o atendimento das crianças de zero a seis anos. Somente nesse momento, houve investimento da PBH na construção de um espaço próprio, com arquitetura condizente ao atendimento dessa faixa etária.

Em 2007, a Rede Municipal de Ensino - RME/BH atendeu aproximadamente 14 mil crianças em 13 escolas de educação infantil, 39 UMEIs e 36 escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil. Enquanto a rede conveniada atendeu, no mesmo período, aproximadamente 22 mil crianças em 195 creches.

A SMED, de maneira inédita, propõe, em 2007, uma formação conjunta dos profissionais da educação infantil da rede conveniada e própria, com o objetivo de construir uma proposição curricular para a educação infantil.

Para viabilizar a participação das educadoras/professoras na RF sem dispensar o atendimento às crianças, a SMED propôs um formato de três encontros para cada um dos quatro módulos, nos turnos manhã e tarde. Cada encontro previa a participação de um terço das educadoras/ professoras da rede própria, em sistema de rodízio. A rede conveniada já reservava, em seu calendário, um encontro de formação mensal, nele, já previsto, portanto, a dispensa do atendimento às crianças. Desta forma, cada creche conveniada garantiu sua participação, coletivamente, em cada um dos módulos.

Todos os módulos de formação foram planejados no GT da Educação Infantil, contemplando as seguintes temáticas: ciclos de formação, concepção de criança, múltiplas linguagens e avaliação.
Foi deliberado, por esse GT, que os acompanhantes pedagógicos das regionais seriam os formadores. Apesar de uma resistência inicial em desempenhar esse papel, o grupo concluiu que a formação era uma atribuição das equipes regionais de acompanhamento pedagógico.

Com essa proposta, a SMED buscou explicitar as concepções sobre a criança e sua aprendizagem, avançando na abordagem desses conceitos para a construção da proposição curricular da educação infantil, reafirmando o seu atendimento na perspectiva do binômio cuidar/educar.

3 A REDE DE FORMAÇÃO

3.1 Os encontros iniciais

O encontro de formação de 2007, nos dias 31/01 e 01/02, contou com a participação somente das educadoras/professoras da rede própria, com o objetivo de refletir, coletivamente, sobre os ciclos de formação das crianças. Com essa iniciativa, a SMED visava aprofundar a discussão sobre os ciclos da infância de zero a seis anos e avançar na perspectiva da implantação de turmas flexíveis (turmas com crianças de idades diferentes).

Nesse encontro, houve um esvaziamento de educadoras/professoras, respaldado pelo Sindicato da categoria, para resistir à deliberação da SMED na ampliação do calendário escolar para 210 dias. Tal ação comprometeu as discussões propostas.

O texto utilizado na discussão desse encontro, construído coletivamente pelo GT da educação infantil, durante o mês de janeiro de 2007, tratava do ciclo da infância, de suas decorrências na organização do trabalho e destacava a idéia de turmas flexíveis. A razão provocadora de tal proposta surgiu da constatação, por parte da SMED, da existência de 780 vagas ociosas nas instituições da rede própria a despeito da grande demanda por vagas.

Ainda que, no momento da construção da proposta de formação (período de férias escolares), fosse prioridade, por parte da SMED, iniciar o ano letivo com uma discussão sobre a implantação de turmas flexíveis, faltavam consenso no GT e subsídios teóricos que respaldassem, na lógica do desenvolvimento humano, a criação dessas turmas.

Nesses dois dias de encontro, ainda que com desconfiança, houve debates e sugestões, por parte das educadoras/professoras, sobre os eixos que deveriam nortear uma discussão mais ampla na RME-BH, dentre eles: currículo único para a RME/BH, concepção sobre a criança e seu atendimento, equiparação salarial, política de inclusão da criança com deficiência, destacando, ainda, a necessidade de continuidade da formação.

A avaliação desse encontro, pelas participantes, expressou a importância do diálogo para a constituição da política, da troca de experiências e de um olhar diferenciado para as questões das enturmações flexíveis e do desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos.

3.2 Primeiro Módulo: Concepção de criança

Passados os dois encontros iniciais, o seguinte, intitulado Primeiro Módulo da RF, aconteceu no mês de maio de 2007, com a ampliação do grupo, incluindo as

educadoras das creches conveniadas. Nesse Módulo, que tinha por objetivo discutir sobre as características do sujeito criança, tivemos a participação de 253 educadoras/professoras da Regional Oeste.

Essa discussão partiu de um levantamento de idéias em que os participantes apontaram as características predominantes das crianças por idade. Em seguida, fez-se a leitura de um texto[6] que apresenta reflexões sobre as características das crianças por ciclo de formação e sugere algumas atividades próprias para a faixa etária abordada. A idéia era confrontar as características observadas na prática pelas educadoras com estudos mais sistematizados.

Ao final do encontro, foi solicitado às educadoras/professoras um levantamento de atividades referentes às linguagens trabalhadas com as crianças. Essa atividade subsidiaria a discussão do próximo módulo de formação.

O encontro foi avaliado positivamente, ainda que as educadoras/professoras criticassem o curto tempo para realização da proposta de trabalho e reivindicassem a dispensa do atendimento às crianças nos dias de formação, reconhecendo a importância da participação, na proposta, de todo o coletivo das instituições da rede própria.

3.3 Segundo Módulo: Intencionalidade educativa, habilidade e capacidade

O segundo módulo da RF aconteceu no mês de junho, contou com a presença de 205 educadoras/professoras da Regional Oeste e teve como objetivo dialogar sobre intencionalidade educativa, capacidade e habilidade na Educação Infantil.

[6]FILHO, Gabriel de Andrade Junqueira; KAERCHER, Gládis Elise da S; CUNHA, Susana Rangel Vieira. Convivendo com crianças de 0 a 6 anos. In: CRADY, Carmem Maria (Org.). *O educador de todos os dias*. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 31-69.

Durante a sistematização, no módulo anterior, das características apontadas pelas educadoras/professoras, ficou evidenciado, para os formadores, que existiam concepções sobre a criança divergentes da defendida pela SMED. Muitas vezes, observamos que as educadoras/professoras traziam a idéia de criança, ora idealizada, ora vista como adulto em miniatura. Também confundiam os aspectos do desenvolvimento com certas características das crianças (fofoqueira, mentirosa, mexeriqueira...).

Percebemos a necessidade de discutir e refletir sobre tais características. Desta forma, esse Módulo retomou a discussão relativa à concepção sobre a criança enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, dialogando com suas características, suas necessidades e suas diferentes formas de apropriação do conhecimento.

Num segundo momento, a partir do exercício solicitado às educadoras/professoras, no último módulo, foi proposta a escolha de uma atividade específica, para cada linguagem (musical, oral-escrita, matemática, corporal e outras) afim de refletir sobre intencionalidade educativa, habilidade e capacidade. Essa dinâmica permitiu às educadoras/professoras perceberem a intencionalidade educativa, as habilidades requeridas e as possibilidades de desenvolvimento das crianças nas diferentes atividades.

Durante a socialização desse trabalho, observamos que, para muitas educadoras/professoras, havia pouca compreensão das diferenças entre os conceitos de intencionalidade, habilidade e capacidade.

A avaliação desse encontro foi diferenciada entre as duas redes. Para a maioria dos participantes da rede própria, o módulo foi superficial, com discussões muito gerais, com pouca objetividade, coerência e aproveitamento. Para as demais foi um momento de esclarecimentos e de reflexão da prática, possibilitando aprendizado e crescimento pessoal.

3.4 Terceiro Módulo: Saberes e fazeres da prática educativa

O terceiro módulo da RF, realizado em agosto de 2007, contou com a participação de 200 professoras/educadoras, na Regional Oeste.

Diante da observação do GT da educação infantil sobre as dificuldades conceituais das educadoras relativas a intencionalidade educativa, recurso, área de conhecimento e linguagens, foi acordado que o terceiro módulo da RF não seria sobre avaliação, conforme previsto no cronograma apresentado anteriormente pela GECEDI, mas sobre saberes e fazeres da prática educativa.

Nessa época, as proposições curriculares do Ensino Fundamental já estavam em processo de elaboração dentro de um consenso sobre a articulação entre intencionalidade educativa, ciclos de formação, disciplina e capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos. Diferentemente, no GT da educação infantil, havia discordância em relação a como determinar sob qual perspectiva seria tratado o conhecimento nas proposições curriculares. Por competência? Por habilidade? Por capacidade? Ou por objetivo? Nesse momento, no GT, havia somente o acordo de que o eixo das proposições curriculares seriam as Múltiplas Linguagens.

Dessa forma, o encontro foi organizado em três momentos. No primeiro, foi realizada uma reflexão sobre intencionalidade educativa, recurso, área de conhecimento e linguagem. Essa reflexão partiu da exploração de uma música. Essa escolha se deu por ser a linguagem musical muito explorada na Educação Infantil, mas com pouca clareza sobre a intencionalidade educativa.

No segundo momento, foram realizadas oficinas com o propósito de explorar a arte visual plástica e o estímulo sensorial. Além dos objetivos propostos na atividade anterior, essas oficinas buscavam possibilidades de ampliação do trabalho com as crianças de zero a seis anos.

No terceiro e último momento, a proposta era refletir sobre as atividades vivenciadas nas oficinas, em diálogo com um texto adaptado[7]. Porém, em

[7] (MARTINS, 1998

decorrência do tempo insuficiente, tratou-se apenas das oficinas, sem ter lugar o diálogo com o texto citado.

A maioria das participantes avaliou o encontro positivamente, destacando a realização das oficinas como ponto alto desse Módulo.

3.5 Quarto Módulo: Avaliação

O quarto e último módulo da RF teve como tema a avaliação escolar, apontada pela GECEDI como discussão prioritária para não ficar à margem da política educacional do município. Nesta época, a SMED formulava uma proposta de avaliação para o Ensino Fundamental que estaria inserida em seu Sistema de Gerenciamento Educacional[8]. Diante disso, a GECEDI, em sintonia com a GCPF, em vários GT's, defendeu que a temática deveria ser discutida na rede de formação.

O GT da Educação Infantil era favorável a essa discussão, entretanto, não a reconheceu apropriada para acontecer nos Módulos anteriores, conforme sugerido pela GECEDI. Diante desse adiamento, o tema avaliação aconteceu no último Módulo da RF/2007, transferindo-se para o ano seguinte a discussão sobre as proposições curriculares.

O quarto módulo aconteceu no período de outubro e novembro, na Regional Oeste, contando com a presença de 185 participantes, o que significou uma queda de 27% dos inscritos para a RF. Concomitante a essa formação, foi realizada uma palestra[9] para as coordenações pedagógicas da rede própria e da rede conveniada com o objetivo de refletir sobre as diferentes concepções de avaliação.

Outra estratégia para a discussão da temática foi a solicitação, em junho de 2007, dos instrumentos de registros de avaliação das instituições das redes própria e conveniada. Esses instrumentos foram analisados no GT e constatou-

[8] Nesse Sistema são organizadas, em rede, várias informações relativas às escolas da PBH, incluindo o registro das avaliações de seus alunos.

se que, no geral, os registros eram feitos em fichas previamente elaboradas para serem assinaladas- e os aspectos a serem avaliados eram muito gerais e pouco individualizados. Apesar de esses dados terem suscitado análises e reflexões e terem contribuído para a elaboração do quarto módulo, eles não foram apresentados e discutidos com as educadoras/professoras.

No primeiro momento desse módulo, propôs-se uma discussão, em grupo, e a socialização das seguintes questões: o que avaliar? Quem avalia? Para quê avaliar? Para quem avaliar? Como avaliar?

Em seguida, foram lidos textos[10] que permitiram o confronto das concepções neles expressas com as apresentadas pelas educadoras/professoras.

A avaliação das participantes, no geral, foi positiva ressaltando a dinâmica utilizada e as reflexões sobre teoria e prática da avaliação escolar.

3.6 Outras ações da Rede de Formação: Encontro dos coordenadores pedagógicos,

Seminário Ciranda na Infância e o acompanhamento pedagógico

O papel proposto pela SMED para as coordenações pedagógicas[11] nas instituições de educação infantil é o de intervir junto às educadoras, de forma dialógica e coletiva, nas ações educativas. Nesse sentido, há um reconhecimento da importância do papel desenvolvido por esse profissional na organização do trabalho escolar e um investimento em sua formação.

A SMED, em 2007, elaborou uma proposta de formação para os coordenadores pedagógicos que, além de encontros regionalizados abordando questões

---

[9] Proferida pela professora Eliana Monken.

[10] HOFFMAN, Jussara. Avaliação no Contexto da Educação Infantil. in: HOFFMAN, Jussara. Avaliação na pré-escola - Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.
HOFFMAN, Jussara. Pressupostos Básicos da Educação. in: HOFFMAN, Jussara. Avaliação na Pré-Escola - Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

[11] Atribuições especificadas no documento de Estruturação do Trabalho Escolar na RME/BH. SMED, dezembro de 2006.

específicas de cada uma das nove regionais, previa também encontros centralizados em consonância com a Rede de Formação em curso.

Com os coordenadores pedagógicos, foram realizados encontros mensais, num total de sete, dentre eles, três centralizados, em forma de palestras[12], abordando os temas Ciclos de formação, Saberes e fazeres da Educação Infantil e Avaliação. Os demais encontros, planejados no GT e realizados nas regionais sob a responsabilidade da equipe de acompanhamento político-pedagógico, trataram dos seguintes temas: apresentação da RF; ciclos de formação humana e avaliação da RF. Os encontros com os coordenadores pedagógicos foram expositivos e discutiram as mesmas temáticas dos encontros das educadoras/professoras.

Outra ação de formação dos profissionais da Educação Infantil organizada pela SMED, e que acontece anualmente desde 1994, foi o "Seminário Infância na Ciranda da Educação". A estrutura desse Seminário prevê palestras e relatos de experiências das diferentes redes, seguidos de debates mediados por um pesquisador da área. Posteriormente, esses trabalhos apresentados são sistematizados e publicados na "Revista Infância na Ciranda da Educação".

Em 2007, esse Seminário aconteceu no mês de novembro e foi organizado, pela primeira vez, em parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Educação – SINEP. Essa parceria teve como objetivo fortalecer a relação entre as instituições da Educação Infantil da cidade e constituir um espaço para a formação conjunta das educadoras/professoras das três redes de atendimento (pública, conveniada e particular).

As temáticas desenvolvidas nesse Seminário eram anteriormente definidas a partir das demandas levantadas pelo acompanhamento pedagógico junto às instituições de educação infantil da RME/BH. No ano de 2007, foi estabelecida a temática linguagens, com ênfase na idade de zero a três anos, envolvendo discussões teóricas e relatos de projetos realizados.

[12] Palestras proferidas pelas professoras: Maria Carmem Barbosa/UFRGS, Vitória Líbia Barreto de Faria/Assessoria PBH e Eliane Monken/Universidade Newton Paiva.

Simultaneamente às ações já explicitadas, vem sendo realizado pelos integrantes das equipes regionais um acompanhamento político-pedagógico nas instituições com a articulação das direções e coordenações, tendo por objetivo implementar e intermediar a política educacional do município.

4. REFLETINDO SOBRE A REDE DE FORMAÇÃO

Os quatro módulos trabalhados na RF tiveram como pressuposto a importância do diálogo entre teoria e a prática. Isto pôde ser observado, em todos os encontros, na busca de articulação entre a experiência relatada pelas educadoras e as produções teóricas. Em alguns estudos (CERISARA, 1996; SILVA, 2002), esta concepção de formação é tratada como imprescindível para elevar a qualidade do atendimento das crianças de zero a seis anos.

Entretanto, percebemos que essa idéia não se concretizou plenamente, tanto em alguns encontros com as educadoras, como também na formação voltada para a coordenação pedagógica.

Assim, esta desarticulação pôde ser observada no segundo Módulo e a atribuímos à falta de clareza e à discordância sobre alguns conceitos (capacidade, competência e habilidade) que circulavam no GT, em função das orientações que norteavam a construção das proposições curriculares do Ensino Fundamental. Dessa forma, nesse Módulo, somente indicamos uma referência bibliográfica.

Observamos também essa desarticulação no terceiro Módulo da RF quando foi proposto vivenciar oficinas e extrair delas alguns conceitos já discutidos. Esse exercício não foi efetivado em razão do entusiasmo com que as educadoras/professoras se envolveram na dinâmica e da nossa dificuldade em fazer cumprir o estabelecido anteriormente.

Ressaltamos que as oficinas já eram demandadas nos encontros anteriores, o que pode explicar o entusiasmo em relação a elas por parte das

educadoras/professoras. Como também pode traduzir uma concepção de formação que alimenta a expectativa por fórmulas prontas ou "receitas".

Nos encontros com a coordenação pedagógica, tanto nos regionalizados quantos nos centralizados, percebeu-se que o formato ficou no campo mais teórico. Ainda assim, somente os encontros centralizados conseguiram reafirmar os conceitos discutidos nos módulos de formação.

Ainda que a RF signifique um avanço em relação às políticas públicas de formação da educação infantil, durante os encontros ficaram evidenciadas as diferenças no atendimento entre as duas redes, dentre elas: o número de profissionais na organização do trabalho; as condições de trabalho e a visão que a rede pública tem do atendimento ofertado pelas creches conveniadas.

Em Belo Horizonte, o parecer 001/2000 do Conselho Municipal de Educação regulamenta a educação infantil na cidade. Dentre outros aspectos, estabelece o número de profissionais na relação adulto/criança. Entretanto, o número de profissionais disponibilizados para o atendimento na rede própria, é maior que o da rede conveniada. Este formato de atendimento proporciona aos profissionais da rede própria algum tempo, em serviço, para o estudo e o planejamento da prática. Já para a maioria das creches da rede conveniada, só é possível a formação em serviço quando se tem um calendário superior aos 200 dias letivos estabelecidos por Lei.

Outros aspectos levantados referem-se às condições de trabalho: foram apontadas, principalmente, questões salariais, de tempo de trabalho e de carência material. Vale ressaltar que, na própria rede municipal, existem diferenças salariais entre professoras e educadoras, sendo que as últimas têm vencimentos inferiores para exercerem as mesmas atividades. Esse fato contribui para o surgimento de conflitos dentro da própria rede. Para as educadoras das creches esta diferença salarial ainda é maior, pois, na maioria das instituições, o salário pago é inferior aos das educadoras da rede própria para uma dupla jornada de trabalho.

As condições materiais das creches conveniadas, em sua maioria, são inferiores às da rede própria. Nessa rede, há a possibilidade de outros recursos financeiros públicos para além da manutenção das condições básicas de trabalho (espaço físico, alimentação, pagamento de funcionários, manutenção do prédio, dentre outras) com a autonomia para elaborar projetos de apoio pedagógico (assessorias, participação em eventos culturais e outros), de acordo com suas necessidades. Dessa forma, na rede própria, são possíveis outras formações para além da ofertada pela SMED.

A rede conveniada é mantida pelo convênio com a PBH, que custeia 70% dos seus gastos e garante toda a alimentação, e por outras parcerias. Atualmente, na Regional Oeste, são escassas as oportunidades de formação para essa rede, além das ofertadas pela PBH.

Consideramos ser um avanço o fato de as duas redes (própria e conveniada) estarem juntas no processo de formação. Não só pelo ineditismo, mas pelo reconhecimento por parte da PBH de sua responsabilidade pela formação das educadoras das creches conveniadas, historicamente responsáveis pelo atendimento das crianças, contribuindo, assim, para elevar a qualidade do atendimento. Dessa forma, reconhecemos ser um direito das educadoras/professoras da rede conveniada a participação na RF oferecida pela PBH.

Em relação, à RF, na Regional Oeste, ressaltamos que ela foi melhor recebida pela rede conveniada que pela rede própria. Como já explicitamos, havia muitas desconfianças dos participantes da rede própria em relação a interesses implícitos na proposta da PBH, como também pouco reconhecimento em relação aos acompanhantes da GERED-O como formadores.

Ainda assim, havia o reconhecimento, na rede própria da necessidade de formação, pois, nos últimos anos, essa rede foi desafiada em muitos aspectos, dentre eles: a entrada das crianças de zero a três anos e o atendimento em tempo integral. Nesses aspectos, a rede conveniada tem uma longa experiência vivida e pouco sistematizada, o que poderia contribuir com a formação das

educadoras/professoras da rede própria. Em contrapartida, para a rede conveniada, a oferta da rede de formação foi um ganho, pois significou estar incluída na política de formação da PBH.

Nos encontros iniciais, tivemos alguns momentos de enfrentamento entre as duas redes, principalmente quando educadoras/professoras da rede própria atribuíam um caráter mais assistencialista ao atendimento da rede conveniada. Em contrapartida, os participantes da rede conveniada atribuíam às educadoras da rede própria certo grau de distanciamento da comunidade e pouca tolerância com as adversidades vividas pelas crianças. Assim, esses encontros evidenciaram confrontos de concepções político-pedagógicas relativas ao atendimento de ambas as redes.

Constatamos que nem todas as educadoras/professoras da educação infantil fizeram suas inscrições para participarem da RF ainda que ela tenha sido pensada para a participação de todas. Observamos também que ocorreu uma redução na participação das educadoras, ao longo dos módulos. Consideramos que esses movimentos podem ser atribuídos à resistência ao formato, aos formadores e aos temas propostos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que a RF significou, para muitas professoras/educadoras, importante oportunidade para a reflexão sobre a prática, uma postura investigativa e uma possibilidade de construção alternativa de trabalho.

Muitos estudos (NICOLAU, 2002; KRAMER, 2002; LEITE, 2002; ROCKWELL, 1986) afirmam que a formação de professoras realizada em universidades é insuficiente para as necessidades do "chão da escola", defendendo a formação continuada.

Em se tratando da formação de educadoras da infância, (COSTA; 2003) defende uma linha de formação continuada, tendo em vista não só o quadro histórico da constituição das educadoras (da rede conveniada), mas também como princípio de formação. Além disso, assinala a importância de se conhecer o trabalho "junto com quem o desempenha no sentido de explicitar os fundamentos que embasam as práticas" (SILVA; 2002, p. 207).

Não é nosso objetivo aprofundar essa discussão, mas reafirmar a necessidade de investir em políticas para a formação, em serviço, desses profissionais.

O direito à formação deve ser considerado como imprescindível à educação de qualidade, pois à medida que educadoras/professoras se apropriam do conhecimento culturalmente produzido e o confronta com suas práticas, fazem releituras, podendo, a partir daí, ressignificar sua atuação docente.

O reconhecimento da importância da RF pelas educadoras/professoras da rede própria é reflexo não só do direito que elas sabem ter, mas também de sua necessidade de repensar a prática profissional, provocada, principalmente a partir de 2004, pela inclusão do atendimento às crianças de zero a três anos e do atendimento em tempo integral.

Pensar na construção das proposições curriculares é um exercício instigante para as duas redes. Os desafios para as profissionais que compartilham dessa RF são o de se ter uma postura investigativa, o de reconhecer aspectos positivos em ambas as redes e o de ampliar as interações entre elas.

Ainda no campo das necessidades e dos direitos, percebe-se que as duas redes têm pontos em comum. Um deles é a construção da proposição curricular para a Educação Infantil. Entretanto, diante das diferenças de atendimento existentes entre essas redes, indagamos: como pensar na construção de uma mesma proposição curricular para redes tão diferentes? O formato estabelecido na RF atende, efetivamente, a rede própria e a conveniada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil* – Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI – 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* – Brasília: MEC/SEF, 1998. volumes 1, 2 e 3.

CERISARA, Ana Beatriz. *A construção da identidade das profissionais da educação infantil*: entre o feminino e o profissional. 1996. 182 fls. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.

COSTA, Maria Bernadete Diniz. *Processos formativos de educadora da infância de uma creche comunitária de Belo Horizonte:* suas histórias e seus saberes. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p.117-132.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. Formação dos profissionais em educação infantil: pedagogia e normal superior. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. *Encontros e desencontros em educação infantil.* São Paulo: Cortez, 2002. p.189-196.

LIMA, Elvira Souza. *Alguns princípios básicos sobre o processo de desenvolvimento e de aprendizagem*. In: Secretaria de Educação do Paraná. Currículo básico para a escola pública do Estado do Paraná. Curitiba: Imprensa oficial, 1990.

MAFRA, Maria Inês. Metodologias Inovadoras: Um desafio para a Educação Infantil*. In: Infância na Ciranda da Educação*, nº 4, CAPE/SMED. Belo Horizonte, 2000.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. *Didática do Ensino da Arte*: Poetizar, fluir e conhecer arte. São Paulo; Editora FTD;1998.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. As universidades nos projetos de formação continuada: impactos e resultados, In: MACHADO, Maria Lúcia de A. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Editora Cortez, 2002. p.197-202..

ROCKWELL, Elsie; MERCADO, Ruth. La prática docente y la formación de maestros. In: _____ e ____. *La escuela, lugar del trabajo docente*. Mexico: Centro de Investigación y de estudios avanzados del IPN, 1986. p.65-78.

SALLES, Fátima Regina e FARIA, Vitória Líbia. *O curriculo na Educação Infantil.* In: Presença Pedagógica, nº 74, março/abril. Belo Horizonte: Dimensão 2007.

SILVA, Isa Teresinha Ferreira Rodrigues da. *O processo de constituição de políticas públicas de educação infantil em Belo Horizonte de 1983 a 2000*. 2002, 223 fls. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Isabel de Oliveira. A profissionalização do professor da educação infantil: questões sobre a formação dos profissionais que estão em serviço. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p.203-211

VEIGA, Márcia Moreira. *O Movimento de luta pró- creches e a política de educação infantil em Belo Horizonte.* 2001. 2v. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.